



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
Secretaria Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena

OFÍCIO SEI Nº 2270/2024/MPI

À Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas
Senhora Joenia Wapichana
Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul, QD9, Torre B, Segundo andar, Asa Sul
70297-400 - Brasília - Distrito Federal

Assunto: Solicitação de Manifestação sobre os impactos potenciais do Processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Santa Quitéria / Ceará em Terras Indígenas do Ceará

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 14022.032010/2024-46.

Prezada Senhora Presidenta,

Com os melhores cumprimentos, faço referência à Carta, encaminhada pelo Movimento Potigatapuia (Anexo I) e, conforme as competências deste Ministério estabelecidas pelo Decreto nº 11.780, de 2023, remeto às preocupações manifestadas no referido documento em relação ao Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (PSQ) e considerando as competências da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGam) e da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação (CGId) da Funai, solicitamos o engajamento e manifestação dessas Coordenações para garantir uma abordagem abrangente e responsiva no processo de licenciamento ambiental deste projeto. Segundo a Carta, o PSQ potencialmente afetará as Terras Indígenas de Serra das Matas e Potiguará, atualmente em estudo pela FUNAI, localizadas nos municípios de Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Santa Quitéria, Tamboril e Catunda, no estado do Ceará.

Dadas as proximidades das terras indígenas com o supramencionado empreendimento e os potenciais impactos do projeto, é imperativo assegurar que todas as etapas do licenciamento sejam conduzidas em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com a devida consideração aos direitos dos povos indígenas afetados. Para isso, destacamos as seguintes ações necessárias, alinhadas às competências específicas de cada Coordenação conforme o Regimento Interno da Funai:

1. Coordenação-Geral de Gestão Ambiental – CGGam:
 - 1.1. Planejar e monitorar a execução de estudos ambientais, assegurando que a gestão territorial dos impactos do projeto sobre as terras indígenas esteja alinhada com a PNGATI;
 - 1.2. Coordenar as consultas prévias, livres e informadas com as comunidades indígenas,

respeitando suas formas próprias de organização social;

1.3. Acompanhar e orientar a execução orçamentária e físico-financeira das ações ambientais relacionadas ao projeto, assegurando que os impactos sejam adequadamente avaliados e mitigados.

2. Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação – CGId:

2.1. Fornecer subsídios técnicos para a adequação do componente indígena do licenciamento ambiental, garantindo que todos os impactos sobre as comunidades indígenas sejam corretamente identificados e documentados.

2.2. Auxiliar na articulação com outros órgãos governamentais e entidades envolvidas para assegurar a integridade do processo de licenciamento.

Por meio deste ofício, solicitamos que a FUNAI, nas suas respectivas obrigações legais e regimentais, atuem de forma coordenada e interinstitucional para garantir que o processo de licenciamento ambiental do PSQ seja conduzido com a máxima transparência e eficácia, respeitando os direitos dos povos indígenas e suas tradições culturais.

Adicionalmente, informamos que remetemos ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e à Superintendência Estadual de Meio Ambiente (SEMACE) solicitação de esclarecimentos adicionais, considerando a manifestação do Movimento Potigatapuia nos termos do Anexo I deste Ofício.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e pelo compromisso com a proteção dos direitos indígenas, e estamos à disposição para qualquer esclarecimento ou apoio necessário para facilitar este processo.

Atenciosamente,

Anexos:

I - Carta do Movimento Potigatapuia (SEI Nº 41591931).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

CEIÇA PITAGUARY

Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Conceição Alves Feitosa, Secretário(a)**, em 10/05/2024, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41959201** e o código CRC **810196BE**.

